

**OS (DES)CAMINHOS DO SABER: O GINÁSIO MUNICIPAL DE PIRACURUCA-PI E A ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL (1957-1975)**

**THE (MIS)PATHS OF KNOWLEDGE: THE MUNICIPAL GYMNASIUM OF PIRACURUCA-PI AND THE EDUCATIONAL ORGANIZATION (1957-1975)**

**LOS (DES)CAMINOS DEL CONOCIMIENTO: EL GIMNASIO MUNICIPAL DE PIRACURUCA-PI Y LA ORGANIZACIÓN EDUCATIVA (1957-1975)**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-214>

**Data de submissão:** 17/06/2025

**Data de publicação:** 17/07/2025

**Paulo Tiago Fontenele Cardoso**

Mestrando em Ensino de História

Instituição: Universidade Estadual do Piauí

E-mail: paulotfontenelecardoso@aluno.uespi.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2498-606X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2496541324385758>

**Pedro Pio Fontineles Filho**

Doutor em História Social

Instituição: Universidade Federal do Ceará

E-mail: pedropio@ccm.uespi.br

---

## RESUMO

O presente estudo tem o objetivo principal de compreender as influências e mudanças na legislação educacional interna da instituição de ensino Ginásio Municipal de Piracuruca-PI a partir da implantação da ditadura civil-militar no Brasil. Desse modo, pensaremos como o processo educacional e de comportamento na referida instituição foi moldado no período ditatorial, a partir de agentes municipais que primavam pela ideia de ordem, moral e, principalmente, obediência. Metodologicamente, a pesquisa está centrada na análise da documentação referente à legislação escolar produzida no período que antecedeu e nos anos que se seguiram à implantação do regime civil-militar no Brasil, tais como leis e decretos que direcionavam a educação brasileira, os Regimentos Escolares do Ginásio Municipal de Piracuruca dos anos de 1957, 1964, 1965 e 1967, e fotografias produzidas pela escola no período estudado. O arcabouço historiográfico está pautado nas discussões propostas por Britto (2002), que contribui para a compreensão da história local, Araújo, Silva e Santos (2013), que aborda o contexto político e social do Brasil no período da implantação dos governos ditoriais e suas implicações sobre a sociedade, Almeida (2024) e Filgueiras e Araújo (2019) para entendermos as mudanças no currículo escolar na ditadura civil-militar e também a promoção dos rituais cívicos e comemorativos atrelados ao ensino de história. Assim, a pesquisa ora apresentada contribui para que se possa pensar as práticas de educação no período do governo civil-militar que ocorriam nas pequenas cidades do interior do Brasil, possibilitando a construção de uma consciência histórica, que valorize a história, a cultura e a memória das instituições escolares, e, sobretudo, a criticidade sobre esse período da história brasileira.

**Palavras-chave:** História. Legislação Escolar. Cultura Escolar. Ginásio Municipal de Piracuruca.

## ABSTRACT

The main objective of this study is to understand the influences and changes in the internal educational legislation of the Ginásio Municipal de Piracuruca-PI educational institution since the establishment of the civil-military dictatorship in Brazil. In this way, we will consider how the educational and behavioral processes at this institution were shaped during the dictatorial period by municipal agents who prioritized the ideas of order, morality, and, above all, obedience. Methodologically, the research focuses on analyzing documentation related to school legislation produced in the period preceding and following the establishment of the civil-military regime in Brazil, such as laws and decrees that guided Brazilian education, the School Regulations of the Municipal Gymnasium of Piracuruca from 1957, 1964, 1965, and 1967, and photographs produced by the school during the period studied. The historiographical framework is based on the discussions proposed by Britto (2002), which contributes to the understanding of local history, Araújo, Silva, and Santos (2013), which addresses the political and social context of Brazil during the period of the establishment of dictatorial governments and their implications for society, Almeida (2024) and Filgueiras and Araújo (2019) to understand the changes in the school curriculum during the civil-military dictatorship and also the promotion of civic and commemorative rituals linked to the teaching of history. Thus, the research presented here contributes to thinking about educational practices during the civil-military government period that took place in small towns in the interior of Brazil, enabling the construction of a historical consciousness that values the history, culture, and memory of educational institutions and, above all, critical thinking about this period of Brazilian history.

**Keywords:** History. School Legislation. School Culture. Piracuruca Municipal Gymnasium.

## RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo principal comprender las influencias y los cambios en la legislación educativa interna de la institución educativa Ginásio Municipal de Piracuruca-PI a partir de la implantación de la dictadura civil-militar en Brasil. De este modo, analizaremos cómo se configuró el proceso educativo y de comportamiento en dicha institución durante el período dictatorial, a partir de los agentes municipales que primaban por la idea de orden, moral y, sobre todo, obediencia. Metodológicamente, la investigación se centra en el análisis de la documentación relativa a la legislación escolar producida en el período anterior y en los años posteriores a la instauración del régimen civil-militar en Brasil, tales como leyes y decretos que regían la educación brasileña, los Reglamentos Escolares del Gimnasio Municipal de Piracuruca de los años 1957, 1964, 1965 y 1967, y fotografías producidas por la escuela en el período estudiado. El marco historiográfico se basa en los debates propuestos por Britto (2002), que contribuye a la comprensión de la historia local, Araújo, Silva y Santos (2013), que aborda el contexto político y social de Brasil en el período de implantación de los gobiernos dictatoriales y sus implicaciones para la sociedad, Almeida (2024) y Filgueiras y Araújo (2019) para comprender los cambios en el plan de estudios escolar durante la dictadura civil-militar y también la promoción de rituales cívicos y conmemorativos vinculados a la enseñanza de la historia. Así, la investigación aquí presentada contribuye a reflexionar sobre las prácticas educativas durante el período del gobierno civil-militar que tenían lugar en las pequeñas ciudades del interior de Brasil, lo que permite construir una conciencia histórica que valore la historia, la cultura y la memoria de las instituciones escolares y, sobre todo, la crítica sobre este período de la historia brasileña.

**Palabras clave:** Historia. Legislación Escolar. Cultura Escolar. Gimnasio Municipal de Piracuruca.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal compreender as influências e transformações ocorridas na organização educacional do Ginásio Municipal de Piracuruca-PI, especialmente a partir da instauração do regime civil-militar no Brasil, em 1964. Interessa-nos observar como a legislação escolar interna e as práticas pedagógicas dessa instituição, localizada em uma cidade do interior piauiense, foram atravessadas pelas diretrizes ideológicas, políticas e culturais impostas pelo novo governo autoritário, que passou a orientar a educação nacional com base em princípios de ordem, moral e obediência.

O recorte temporal da pesquisa compreende os anos que antecedem e sucedem o golpe de 1964, período marcado por profundas alterações na legislação educacional, na cultura escolar e nas práticas formativas em todo o país. A escola, nesse contexto, assume papel estratégico na consolidação do projeto político autoritário, passando a ser espaço de vigilância, doutrinação e reprodução de valores cívico-morais alinhados aos interesses do Estado. Como aponta Kuenzer (1989), os planejadores educacionais da época operaram uma reconfiguração das finalidades da escola, submetendo-a a lógicas economicistas e tecnocráticas que, embora ambicionassem eficiência, produziram uma crise de credibilidade frente à realidade social brasileira.

Nesse cenário, o Ginásio Municipal de Piracuruca configura-se como um microcosmo relevante para a análise das reverberações do regime em espaços educacionais distantes dos grandes centros urbanos. Por meio da análise de documentos institucionais, especialmente os Regimentos Internos dos anos de 1957, 1964, 1965 e 1967, além de fotografias históricas, avisos, quadros de horário e depoimentos, é possível entrever como a escola tornou-se instrumento de difusão de uma educação moralizante, nacionalista e disciplinadora, alinhada aos preceitos conservadores da Igreja Católica local, representada pela figura de Monsenhor Benedito Cantuária de Almeida e Sousa — líder religioso e, por vezes, diretor da instituição.

O estudo parte de uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental e historiográfica, buscando dialogar com autores como Britto (2002), Araújo, Silva e Santos (2013), Almeida (2024), Filgueiras e Araújo (2019), entre outros, que discutem as relações entre educação, ditadura e cultura escolar. O corpus documental da pesquisa, ainda que fragmentado devido à não preservação de todo o acervo da escola, permite observar elementos que evidenciam a centralidade da disciplina, do controle e da vigilância no cotidiano escolar, bem como a imposição de conteúdos curriculares voltados à construção de uma identidade nacional atrelada ao regime.

Nesse sentido, o presente artigo propõe refletir sobre as práticas educativas que emergem no interior de um contexto autoritário, analisando como o Ginásio Municipal de Piracuruca operou,

conscientemente ou não, como espaço de reforço das diretrizes do Estado. Ao considerar a escola como espaço de memória, cultura e disputa simbólica, buscamos contribuir para a construção de uma consciência histórica que valorize o papel das instituições escolares locais na formação de sujeitos e na reprodução (ou resistência) às ideologias dominantes, promovendo, assim, uma leitura crítica do passado recente da educação brasileira.

## **2 ENTRE O PENSAR, O APRENDER E O OBEDECER: A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL A PARTIR DE 1964**

É oportuno mencionar que, a partir de 1964, o país começou a vivenciar um período turbulento e sombrio em sua história, pois foi instaurado o Regime Civil-Militar, com duração até 1985. Foram muitas as implicações nos diferentes âmbitos: políticos, econômicos, sociais, culturais e, dentre tantos acontecimentos, transformações na educação formal.

Nessa perspectiva, Acacia Kuenzer destacou que:

A legislação educativa é toda reformulada, economistas de plantão passam a fazer sucesso como educadores e em nome da eficiência de todo sistema são elaborados planos de toda a sorte. Do primário à pós-graduação, nada fica sem o dedo dos planejadores. A grandiosidade das propostas, em contraposição aos modestos resultados obtidos, acelera a crise de credibilidade do Planejamento Educacional e dos planejadores, de tal sorte que a consciência dessa inadequação se dá muito antes da percepção da crise global do modelo de desenvolvimento (Kuenzer, 1989, p. 41).

Os anos que se seguiram, durante o Regime Civil-Militar, foram marcados por uma concepção e políticas economicistas e capitalistas da Educação, com valorização do preparo de alunos e professores para o mercado, com ênfase e incentivos à iniciativa privada. Tais políticas não se restringiram apenas aos grandes centros urbanos, sendo suas ações percebidas, sobretudo, nos processos educacionais em todo o país, especialmente em sua legislação.

Mesmo nas cidades pequenas do interior do Brasil, ainda sem acesso aos meios mais dinâmicos de comunicação da época, como a televisão<sup>1</sup>, as ideias e notícias que permitiram que o golpe militar acontecesse e a ditadura civil-militar fosse implantada no país se disseminavam com facilidade, tendo setores da igreja católica como principais responsáveis por trazer dentro de suas práticas e discursos essas ideias à população. Em Piracuruca, nos inícios da década de 1960 a igreja católica, representada na cidade pelo padre Monsenhor Benedito Cantuária, disseminava para a população discursos sobre tudo o que esta via como uma ameaça à ordem, à moral, à civilidade e à fé. Tais discursos não só eram

<sup>1</sup> As transmissões televisivas iriam chegar à Piracuruca apenas em 07 de abril de 1970, com o sinal da TV Ceará. Antes desse acontecimento a cidade se abastecia de notícias através dos poucos aparelhos de rádio que existiam e pelas notícias divulgadas pela Amplificadora Pio XI.

voltados para uma reação contra o comunismo, que era visto como uma ameaça à nação brasileira, mas também contra evangélicos, que desde a década de 1950 chegavam ao município e começavam a implantar suas igrejas.<sup>2</sup>

O poder que a Igreja Católica ainda exercia sobre a população em Piracuruca, na época, também pode ser observado nos acontecimentos que antecederam o golpe para a implantação da ditadura civil-militar em março de 1964. Nessa época, espalham-se pelo Brasil, a começar pelos grandes centros urbanos e econômicos, as passeatas públicas denominadas *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Tais passeatas foram organizadas por setores conservadores da sociedade brasileira, em reação a uma suposta e gradativa “implantação do comunismo” no Brasil pelo presidente João Goulart.<sup>3</sup> A igreja católica no Brasil, tendo parte do clero como incentivador do movimento, apoia-se no ideário de perseguição do socialismo à autoridade da igreja, aos seus representantes e consequentemente à fé cristã. Pelas fotografias da época, observa-se que eram passeadas que reuniam milhares de pessoas, geralmente ocupando as principais vias públicas das cidades, com marchantes sustentando faixas, cartazes e plaquetas onde estavam escritas palavras de ordem ou de apoio ao movimento que tiraria do poder o presidente João Goulart.

Na fotografia abaixo, pertencente ao site Memorial da Democracia, podemos visualizar através do enquadramento feito pelo fotógrafo muitos dos elementos constitutivos dessas marchas. Nela vemos em primeiro plano duas mulheres e um homem, mas as mulheres estão em posição centralizada na foto. Nota-se que são católicas, pois juntas seguram um grande rosário, e uma delas ainda carrega um rosário menor pendurado em sua mão junto com a bolsa. Parte importante desse enquadramento é a faixa em tecido carregada por dois homens, com o lema do movimento “MARCHA DA FAMILIA COM DEUS PELA LIBERDADE”, pois está escrita em letras maiúsculas, representando assim a autoridade dos que marcham sobre a ameaça socialista. Outro aspecto observado na fotografia é o tecido branco da faixa, uma cor neutra, mas que também representa a paz. O branco em oposição à cor vermelha associada ao comunismo representaria o período conturbado e “ameaçador” por qual o país passava, mas que brevemente seria finalizado com a saída do presidente e suas ideias associadas ao mal. Assim, Deus à frente das lutas para estabelecer a paz, a moral e a ordem, recolocaria o país no lugar. Essa era a tônica das elites brasileiras, no período que antecedeu o golpe civil militar de março de 1964.

<sup>2</sup> A primeira igreja evangélica de Piracuruca, foi fundada pelo casal de missionários irlandeses Wesley e Winnie Gould, no ano de 1954. A criação dessa igreja gerou embates com a igreja católica de Piracuruca na época, lideradas principalmente por Monsenhor Benedito Cantuária e Padre Ximenes.

<sup>3</sup> João Belchior Marques Goulart, nasceu em São Borja-RS em 1 de março de 1919. Conhecido popularmente como Jango, foi um advogado e político brasileiro, tendo sido o 24º presidente do Brasil, de 1961 a 1964, quando foi deposto pelos militares no Golpe de Estado de 1964. Faleceu na Argentina, na cidade de Mercedes em 6 de dezembro de 1976.

Foto 01 – Marchadeiras com rosários nas mãos abrem protesto no Rio de Janeiro



Fonte: Site Memorial da Democracia<sup>4</sup>.

Em Piracuruca, também foi realizada uma passeata com as características descritas acima, também de apoio ao movimento contra o comunismo, mas também em comemoração à queda do presidente João Goulart, pois o golpe já havia acontecido<sup>5</sup>. Tal passeata foi organizada pelos setores políticos do município e teve o representante da igreja católica à frente de sua realização. Vale lembrar que nesse mesmo período de início da ditadura civil-militar, Monsenhor Benedito, além líder espiritual para os católicos de Piracuruca, era ao mesmo tempo diretor do Ginásio Municipal de Piracuruca. Desse modo, percebe-se que, em algum momento, os discursos a favor do golpe de 1964 e a educação no município estavam interligados. Acrescenta-se a isso o fato de a paróquia ser proprietária de uma amplificadora (Amplificadora Pio XII), único meio de comunicação mais abrangente que a cidade possuía. Pouco se sabe ainda sobre essa passeata realizada possivelmente em abril de 1964 em Piracuruca. Porém, temos o relato do Desembargador Luís Gonzaga Brandão de Carvalho, que presenciou as articulações para o movimento, assim,

Lembro-me bem no verão de meus 16 anos de idade, na então longínqua e provinciana querida cidade de Piracuruca, quando se solidificou o movimento revolucionário de 31 de março. A cidadezinha de antanho, ficou um alvoroço desmedido aprovando o golpe, porque seriam extirpado o comunismo e a subversão da ordem capitaneada pelos esquerdistas da época; fazendo valer o primado da democracia e da ordem! Logo após, fomos todos chamados pelos poderes constituídos da municipalidade, à frente à Igreja Católica Apostólica Romana, tendo como pároco o Monsenhor Benedito Cantuária de Almeida e Sousa que presidia em longa procissão” A Marcha com Deus com o Povo pela Liberdade”, em verdadeiro desfile cívico por toda a cidade envolvendo a população urbana e os partidos de direita que defendiam

<sup>4</sup> <https://memoraldademocracia.com.br/card/marcha-reage-com-deus-contra-jango>. Acesso em 18 de julho de 2024.

<sup>5</sup> As marchas que aconteceram após o golpe, receberam o nome genérico de Marchas da Vitória.

o movimento revolucionário. Era uma amalgama de política e fé, uns entoando cânticos religiosos, outros cantando o Hino Nacional Brasileiro<sup>6</sup>.

O modo como os setores conservadores da política e da igreja católica receberam a confirmação do golpe de Estado foi elucidativo para que a passeata fosse convocada e acontecesse nos moldes das que antecederam à implantação da ditadura. Temos conhecimento de apenas dois registros fotográficos dessa passeata em Piracuruca até agora. Porém, é possível que existam outras fotografias pertencentes a arquivos particulares, das quais ainda não temos conhecimento, visto que a cidade, nessa época, já contava com um fotógrafo<sup>7</sup> residente, responsável por registrar a maioria dos eventos públicos e particulares. Possivelmente, a fotografia a ser analisada foi registrada pela lente do fotógrafo Raimundo Costa.

Foto 02 – Marcha da Família com Deus pela Liberdade realizada em Piracuruca-PI em abril de 1964



Fonte: Arquivo particular de Domingos Demerval<sup>8</sup>

<sup>6</sup> “A Revolução de 31 de Março de 1964” – Des. Brandão de Carvalho. <https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/sem-categoria/a-revolucao-de-31-de-marco-de-1964-des-brandao-de-carvalho/>. Acesso em 29 de julho de 2024.

<sup>7</sup> Raimundo Costa, nasceu na cidade de Acaraú-CE em 12 de dezembro de 1919. Estabeleceu-se em Piracuruca no ano de 1958 e nesse mesmo período prendeu a fotografar exercendo esse ofício até o ano de 2004. Faleceu em Piracuruca no dia 30 de janeiro de 2008.

<sup>8</sup> Uma versão colorizada da fotografia pode ser acessada na conta de Instagram, Fotos Históricas de Piracuruca, <https://www.instagram.com/p/CKuDBs2AnIr/>. Acesso em 20 de julho de 2024.

Na fotografia, podemos observar a Marcha da família com Deus pela Liberdade realizada em abril de 1964, vista a partir do cruzamento da Avenida Coronel Pedro de Brito, com a rua Senador Gervásio. Notamos que o fotógrafo enquadrou em sua lente apenas sujeitos ligados à política local e representantes do clero, pois podemos ver no canto esquerdo da fotografia um homem segurando uma faixa, o que significa que o início da passeata já havia passado pelo campo de visão do fotógrafo. Em primeiro plano, podemos ver o prefeito da cidade, José Mendes de Moraes (Geroca) e sua esposa. Nota-se que as autoridades políticas e religiosas são ladeadas por representantes da força policial do município, representado assim a conjuntura do Estado a partir daquele momento: ordem, força e moral. Atrás das autoridades, perfila-se a mocidade estudantil de Piracuruca, observando que a primeira escola a se representar no desfile é o Ginásio Municipal de Piracuruca, com duas alunas vestidas com a farda de gala<sup>9</sup>, sustentando ao alto uma faixa com os dizeres: Os comunistas não têm PATRIA, DEUS e nem FAMÍLIA. A bandeira oficial do Ginásio também é vista na fotografia logo atrás da faixa. Observa-se que, para fazer o registro nesse ângulo o fotógrafo deveria estar postado em alguma estrutura que lhe proporcionasse altura, como, por exemplo, em cima de um muro. Tal estratégia significa que a foto foi encomendada. Autoridades, policiais, religiosos e estudantes, representando o futuro do país, ocupam um lado inteiro da avenida, a população caminhando à contramão ocupa o lado oposto. Ao fundo vê-se o prédio do Ginásio Municipal e partes da avenida Landri Sales (na frente do Ginásio) ainda sem pavimentação, mas com muitas pessoas a acompanhar a passeata, o que sugere que o percurso da marcha usou o trajeto das antigas procissões da padroeira, visto que foi idealizado pelo padre do município. A maioria das pessoas na fotografia segura ou sugere balançar bandeirolas brancas, numa nítida alusão à pacificação do país com o novo governo que surgia.

<sup>9</sup> A farda de gala foi instituída no Ginásio Municipal de Piracuruca em 1961 e era usada apenas nos eventos especiais em que a escola participava. Apenas duas escolas em Piracuruca tiveram farda de gala: o Patronato Irmãos Dantas e o Ginásio Municipal de Piracuruca.

Foto 03 – Faixa exposta no percurso da Marcha da Vitória, Piracuruca, 1964.



Fonte: Página Piracuruca Túnel do Tempo.<sup>10</sup>

A fotografia também foi produzida no período da realização desse evento em comemoração à instalação da ditadura no país. Nela vemos uma faixa de tecido com os dizeres: “Os democratas Piracuruquenses prestam suas homenagens às Forças Armadas do Brasil que defenderam heroicamente a nossa Democracia”. A faixa estava exposta da rua principal da cidade, aquela que recebia maior movimentação, pois era local de passagem para quem entrava ou saía da cidade até os anos 1970.

O que se pretende aqui, ao mostrar e descrever as fotografias desse momento na história da cidade de Piracuruca, é entender que as ações e participações que ajudaram a implantar um regime de repressão, violência e torturas no Brasil não aconteceram apenas nos grandes centros urbanos da época, com a associação de políticos, grupos empresariais e os setores conservadores do Sudeste, como é comum ser pensado. Mas, diferentemente disso, teve nas pequenas cidades do interior do Brasil um apoio relevante para o seu surgimento e manutenção. Nessas cidades, os arranjos e conjunturas vigentes na sociedade até mesmo facilitaram a sustentação dos governos ditoriais pelas duas décadas seguintes, como o coronelismo, o baixo índice de escolarização e o nível de pobreza do local, o que contribuiria para a atuação de mecanismos de controle, medo e doutrinação a favor do governo vigente.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/408687795908738/photos/pb.100063665377695.-2207520000/657205627723619/?type=3> Acesso em 34 de julho de 2024.

As relações entre educação no Ginásio Municipal de Piracuruca e a aproximação com o regime que se implantou no Brasil a partir de 1964 podem ser entendidas através de aspectos externos à educação, como a ligação do estabelecimento desde o início de sua fundação com a presença de sujeitos ligados ao clero católico e aos setores conservadores na sua gestão e corpo docente. Pode também ser observada através da legislação brasileira sobre educação e também os documentos que regiam a instituição internamente. Desse modo,

O contato com a documentação escolar tem-nos permitido conhecer o funcionamento desta instituição escolar tanto no campo das relações entre professores, alunos e comunidade como também na parte formal da escola com as notas, registro de alunos e de professores que ali ministravam aulas. Documentos importantíssimos para a compreensão do cotidiano da escola e dos sujeitos envolvidos no processo educativo (Almeida; Silva, 1982, p. 7).

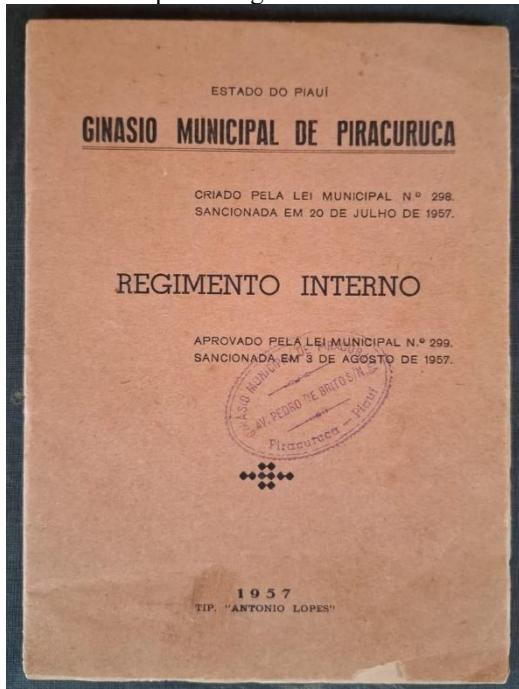
Assim, tomando como base as falas das autoras, ao pesquisarmos nos documentos do antigo Ginásio Municipal, principalmente na documentação sobre a legislação escolar, analisamos alguns pontos presentes nessa documentação, que pudessem indicar não só o momento histórico vivido pelo Brasil a partir de meados da década de 1960, mas, as implicações diretas sobre a comunidade escolar. A documentação referente ao Ginásio Municipal de Piracuruca, apesar de não ser muito vasta, pois muito material não foi preservado, é composta por documentos como quadros de horários, avisos, editais de matrículas, regimentos internos, portarias, fotografias, livros e fichas de matrículas. No tópico, analisaremos especificamente os regimentos internos, principalmente os que surgiram a partir de 1964, interrelacionando-os com outras fontes documentais da escola.

O Regimento Interno é o documento mais importante da escola. É o primeiro documento interno a ser produzido quando do funcionamento de um novo estabelecimento de ensino. Por ser um documento normativo, nele estão todas as regras, direitos e deveres de todos que compõem a comunidade escolar, definindo a organização pedagógica, disciplinar e administrativa da escola. Assim, os regimentos internos do Ginásio Municipal, ao estarem em conformidade com a legislação da época e acompanhando os momentos políticos do Brasil, nos possibilitam fazer algumas observações sobre alguns de seus capítulos e artigos. Desse modo,

No espaço escolar registra-se historicamente, a presença de um conjunto de regras que devem ser obedecidas para que o processo de ensino aprendizagem se desenvolva configurando-se como um acordo, escrito ou tácito, que orienta as relações entre discentes, docentes e a comunidade escolar. Na verdade, essas regras disciplinares estão dispostas em políticas educacionais ou presentes nas práticas cotidianas da sociedade, tornando-se o professor o mediador desse contrato pedagógico, em que os conflitos precisam ser evitados, a submissão garantida, estabelecendo padrões de comportamento e normas a serem seguidas pelo educando (Carvalho; Moraes; Carvalho, 2019, p. 25).

Do recorte delimitado na pesquisa, existem quatro regimentos internos referentes ao objeto estudado: os Regimento Internos de 1957, 1964<sup>11</sup>, 1965 e 1967. O único que foi impresso em gráfica na forma de livreto foi o de 1957, possivelmente para ser distribuído entre professores ou alunos, pois possui o formato 16cm x 11cm, possibilitando fácil acesso a consultas. Impresso na Tipografia Antonio Lopes, o regimento tinha capa e contracapa na cor rosa e 16 páginas, que continham 10 capítulos e 32 artigos. Nas primeiras páginas trazia a lei de criação do Ginásio e a lei que aprovava o regimento. Na última página, são indicados os jornais onde o regimento do Ginásio Municipal foi publicado.

Foto 04 – Capa do Regimento Interno de 1957



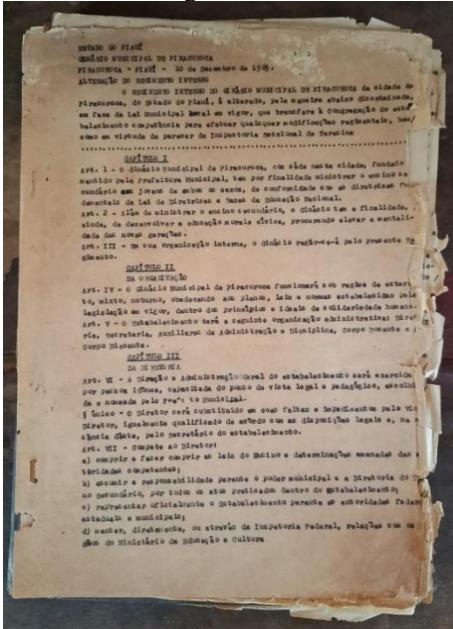
Fonte: produzido pelo autor

Os outros três regimentos não tiveram todo esse cuidado com a estética e apresentação. Estão apenas datilografados e suas folhas unidasumas às outras por grampos e percevejos de metal. Isso significa que eram documentos que não tiveram certa circulação pela comunidade escolar, com consultas restritas nos ambientes administrativos da escola. O de 1964, traz apenas aditivos que alteram o regimento anterior. É composto 5 folhas de papel datilografadas com alterações dos capítulos X e XI, compreendendo os artigos 28 ao 55. O regimento de 1965 possui 10 páginas datilografadas, 11 capítulos e 54 artigos. O regimento de 1967, possui mesma quantidade de páginas,

<sup>11</sup> Possivelmente existiu um outro Regimento Interno entre 1957 e 1964, pois, o Regimento Interno de 1964 traz aditivos que não se encaixam nos mesmos artigos do regimento de 1957.

capítulos e artigos do regimento anterior, é acrescido apenas de um inciso no artigo XXXV. Assim, é interessante observar que no primeiro ano do regime civil-militar, os regimentos internos do Ginásio Municipal não passam por mudanças significativas no capítulo referente a sua função como estabelecimento de ensino.

Foto 05 – Regimento Interno 1965



Fonte: produzida pelo autor

O Regimento Interno de 1957, logo no início, deixa explícito que a intenção de sua existência como instituição de ensino secundário não está pautada apenas na formação intelectual dos jovens de Piracuruca, mas também tem “a finalidade, ainda, de desenvolver a educação moral e cívica, procurando elevar a mentalidade das gerações” (Piracuruca, 1957, n.p.). Era para os redatores do regimento um projeto a longo prazo. A noção de “salvar” a sociedade através da elevação das mentalidades, não apenas pelos conhecimentos adquiridos através das disciplinas, mas sim aliando esse conhecimento à ideia de amor e dedicação à nação e moralidade aplicada aos aspectos da vida dos estudantes, podem ser vistas já nesse momento como pequenos elementos que iriam contribuir para as mudanças na política brasileira nos anos próximos. Podemos acrescentar ainda o fato de que a escola naquele momento estava surgindo no seio de uma sociedade que acarretava deficiências ligadas ao baixo índice de escolarização e à quantidade massiva de não alfabetizados. Nesse sentido, o Ginásio funcionaria como um formador e disseminador de intelectuais que proporcionariam o crescimento não só nas capacidades inteligíveis, mas da sociedade de forma geral. Essa mesma premissa aparece novamente nos regimentos de 1964, 1965 e 1967, sem nenhuma alteração, na ideia

de que, elevar as mentalidades era algo que estava funcionando, assim sem necessidade de mudanças de planos.

Um outro aspecto do Regimento Interno de 1957, é o artigo XVIII que traz o que era vedado ao professor. Nesse artigo, além de não poder dar conhecimento prévio aos alunos sobre os pontos da prova e de não poder fumar durante as aulas, o professor também era proibido de aplicar penalidades aos alunos além daquelas já previstas no artigo XXVI do próprio regimento. Esse artigo, incluído no capítulo “Das Penalidades”, estabelecia que, pela inobservância de seus deveres, o aluno estava sujeito às seguintes sanções: admoestação e repreensão em aula, aplicadas pelo professor; retirada da sala de aula, com comunicação imediata à direção do estabelecimento; repreensão reservada pelo diretor; suspensão com perda de provas; ou cancelamento da matrícula. Proibir os professores de aplicar penalidades aos alunos significava, portanto, uma ruptura com alguns métodos utilizados nas escolas de ensino primário, que por vezes recorriam a castigos, penalidades e punições como parte do processo educacional.

O abrandamento das práticas disciplinares, de forma a suprimir os castigos corporais das sanções prescritas pelos regulamentos escolares, substituindo-os por penalidades de cunho moral, possui complexas relações com a ideologia e as práticas sociais típicas de uma sociedade em transformação que, paulatinamente, substituiu a antiga “ética paternalista cristã” pela ética capitalista, alicerçada pelos valores liberais (Carvalho; Moraes; Carvalho, p. 34).

Desse modo, o ginásio como uma escola de grau médio, tendo como premissa “elevar as mentalidades das gerações futuras” como vimos anteriormente, estava muito mais alinhado aos valores liberais pautados nas liberdades individuais. É interessante ressaltar que o texto do artigo se manteve inalterado até o regimento de 1967. Porém, no decorrer das discussões sobre os regimentos do Ginásio Municipal veremos que a ideia de liberdades individuais por vezes esteve alicerçada no controle e vigilância.

O texto do Regimento Interno de 1964 já é bem maior em relação ao de 1957. Isso pode ser explicado devido às demandas que foram surgindo com o passar dos anos; por isso o acréscimo de capítulos e artigos que tratavam de aspectos que não tinham sido mencionados no primeiro regimento. Nesse Regimento, elementos de ordem moral e política já são mencionados nos artigos, como no exemplo do artigo 29, que trata das necessidades de dar ou aceitar transferências. Assim, pelo texto do referido artigo as transferências seriam dadas ou aceitas em qualquer tempo do ano por motivos como mudança de residência, motivos de saúde, e incompatibilidade disciplinar ou psicológica. Porém, as transferências para a escola ficariam condicionadas à existência de vagas disponíveis e a antes disso à apreciação de ordem moral sobre o requerente. Desse modo, percebemos a presença já

de forma bem aberta da repressão imposta pelo regime político brasileiro da época no texto do documento norteador do Ginásio Municipal. Não é mencionado como seria feita essa apreciação moral, quais critérios seriam usados e nem quem participaria dela, sugerindo algo que não seria público, mas necessário para que a imagem da instituição não fosse descreditada. Além disso, em outro ponto do regimento, no artigo 50, ainda tratando sobre transferências, o texto acrescenta que a direção do estabelecimento não poderia negar transferência ou matrícula a qualquer aluno por motivos de ordem política, religiosa, ética ou social.

Com os militares instalados no poder, começava a temporada de punições e violências praticadas pelo Estado. A montagem de uma estrutura de vigilância e repressão, para recolher informações e afastar do território nacional os considerados “subversivos” dentro da ótica do regime e a decretação dos Atos Institucionais arbitrários estiveram presentes desde os primeiros meses do governo (Araujo; Silva; Santos, 2013).

Assim como no artigo discutido anteriormente, o motivo de transferência por ordem política não é especificado no documento, deixando uma lacuna sobre quais aspectos políticos poderiam causar a saída do aluno da escola. Desse modo, subentende-se a estrutura de vigilância implantada pelo governo aliada a uma disciplina escolar rígida que procurava combater os posicionamentos contrários à ordem vigente. Além disso, estruturas de vigilância e doutrinação estavam presentes diretamente nos contados diários dos discentes com as disciplinas do currículo escolar e os livros didáticos. O artigo 33 do regimento de 1964 traz as disciplinas do currículo escolar naquele momento.

Art. 33 – O currículo escolar do curso ginásial constará das seguintes disciplinas e práticas educativas: PORTUGUÊS, INGLÊS, MATEMÁTICA, HISTÓRIA DO BRASIL, HISTÓRIA GERAL, GEOGRAFIA DO BRASIL, GEOGRAFIA GERAL, INICIAÇÃO À CIÊNCIA, CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA BRASILEIRA (O.S.P.B), DESENHO, EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA e RELIGIÃO.

§1º - Referidas disciplinas e práticas educativas serão anualmente distribuídas pelas diversas séries do curso ginásial, de acordo com o respectivo Quadro, previamente organizado, inclusive quanto ao número de aulas semanais de cada uma delas.

§2º - Fica extinta a cadeira de Francês, no curso ginásial, e adotada, em seu lugar, a de Educação Moral e Cívica (Piracuruca, 1964).

As disciplinas que compunham o currículo escolar do Ginásio Municipal de Piracuruca, e dispostas no Regimento de 1964, estavam em conformidade com Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Brasil, 1961) e os direcionamentos do Conselho Federal de Educação (CFE)<sup>12</sup>, que determinava as disciplinas obrigatórias, complementares e práticas educativas a serem

<sup>12</sup> Foi criado pela Lei de Diretrizes e Bases de 1961. Suas deliberações estavam voltadas para vários aspectos da educação brasileira. No seu regimento, são apontadas 25 atribuições da educação voltadas diretamente para o CFE.

seguidas pelas escolas de ensino médio no Brasil. Pelo art. 33 do Regimento de 1964, podemos ver que estavam as 5 disciplinas obrigatórias: português, matemática, história (Brasil e geral), geografia (Brasil e Geral) e ciências (iniciação à ciências, as ciências físicas e biológicas). As 2 disciplinas complementares: Desenho e Organização Social e Política Brasileira. A disciplina de escolha do estabelecimento de ensino: Inglês e as práticas educativas: Educação moral e cívica e religião. O que nos interessa mostrar aqui é que disciplinas como Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica, que mais tarde se tornaram disciplinas obrigatórias e foram usadas pelo Estado no sentido de promover e exaltar o governo militar e até mesmo de forjar uma imagem positiva do Brasil, já estavam no currículo escolar do Ginásio Municipal desde os primeiros momentos da implantação do golpe. As disciplinas de O.S.P.B e E.M.C já existiam como disciplinas a serem escolhidas pelos ginásios desde 1962, a primeira como obrigatória de caráter complementar e a segunda como prática educativa.

Essa estratégia de educação patriótica e valorização dos símbolos nacionais tinham como objetivo criar uma identidade nacional específica e fortalecer o sentimento de pertencimento ao país, ao mesmo tempo em que reforçavam a imagem positiva do regime militar. Essas práticas eram parte de uma estratégia maior do governo militar para promover um nacionalismo autoritário que serviria aos interesses e à perpetuação do próprio regime (Almeida, 2024).

No caso do Ginásio Municipal de Piracuruca, ao verificar o livro de notas dos alunos, sabemos que a disciplina de O.S.P.B. era ministrada na 4<sup>a</sup> série desde 1963. A Educação Moral e Cívica, por ser uma prática educativa à qual não eram atribuídas notas, não aparece no referido livro; contudo, supõe-se que também fizesse parte do currículo escolar em 1963.

O mesmo panorama é recorrente em 1964, com O.S.P.B integrando apenas as disciplinas da 4<sup>a</sup> série do curso ginásial. Por se tratarem de disciplinas que podiam ser escolhidas, compondo ou não o currículo escolar, sua permanência e reafirmação no Regimento Interno de 1964 podem ser compreendidas como resultado da ação direta de setores conservadores e religiosos da cidade, ligados ao corpo de profissionais que atuavam no Ginásio Municipal. Entre os anos de 1964 e 1966, o Ginásio foi dirigido novamente por Monsenhor Benedito Cantuária de Almeida e Sousa, sacerdote católico conhecido por seus envolvimentos com a política partidária local ao lado dos udenistas e seu conservadorismo pautados nos valores de ordem e moral cristã.

O quadro curricular que figura no regimento de 1964, estranhamente não foi seguido à risca no ano seguinte (1965), pois de acordo com a tabela feita a partir do horário das aulas para o ano letivo de 1965, as disciplinas estavam assim dispostas:

TABELA 1 – Disciplinas ministradas no Ginásio Municipal de Piracuruca no ano letivo de 1965

| Disciplinas do ano letivo de 1965   |   |   |   |  |
|---|---|---|---|--|
| 1ª Série  |   |   |   |  |
| <b>Matemática</b><br><b>Francês</b><br><b>Histórica</b><br><b>Português</b><br><b>Artes Industriais</b>   | Matemática<br>Geografia<br>E.M.C<br>Inic. à Ciência<br>Português.           | Francês<br>Geografia<br>E. M. C<br>Português                          | Matemática<br>Inic. à Ciência<br>História<br>Português<br>Artes Industriais | Matemática<br>Geografia<br>Português<br>Religião           |
| <b>História</b><br><b>Matemática</b><br><b>Português</b><br><b>Francês</b>                                | Inic. à Ciência<br>Matemática<br>Português<br>Religião<br>Artes Industriais | E. M. C<br>Matemática<br>Português<br>Geografia<br>Artes Industriais  | História<br>Geografia<br>Português<br>Inic. à Ciência                       | E. M. C<br>Matemática<br>Geografia<br>Francês<br>Português |
| 3ª Série  |   |   |   |  |
| <b>Português</b><br><b>Geografia</b><br><b>Religião</b><br><b>Matemática</b>                              | O. S. P. B<br>Português<br>Matemática<br>História<br>Francês                | História<br>Português<br>Matemática<br>E. M. C<br>Desenho             | Português<br>Matemática<br>Francês<br>O. S. P. B<br>Desenho                 | Geografia<br>Português<br>E. M. C<br>História              |
| 4ª Série  |   |   |   |  |
| <b>Ciênc. Fís. Biol.</b><br><b>E. M. C.</b><br><b>Matemática</b><br><b>O. S. P. B</b><br><b>Português</b> | Português<br>Cienc. Fis. Biol.<br>História<br>Desenho<br>Matemática         | Matemática<br>Cienc. Fis. Biol.<br>O. S. P. B<br>Português<br>Francês | Frances<br>Matemática<br>Português<br>História                              | Português<br>Religião<br>Desenho<br>História               |

Fonte: produzido pelo autor, a partir do quadro de disciplinas de 1965.

Assim, observamos que apesar de extinta, em detrimento da prática educativa de religião a disciplina de francês continuou a ser ministrada e os alunos não tiveram aulas de inglês no ano letivo mencionado. Não encontramos documentação relacionada a essa inconsistência entre regimento escolar e disciplinas ministradas. Sabemos apenas que a disciplina de francês e religião eram ministradas pelo próprio diretor do estabelecimento.

Além desses desalinhos entre a documentação oficial e prática de disciplinas no Ginásio, o que interessa aqui é mostrar que a distribuição das disciplinas que interessavam diretamente para a formação de valores patrióticos e morais dos alunos ficou distribuídas de forma gradual, sendo que a 1ª e 2ª série tinham apenas aulas de E. M. C (duas aulas semanais) e na 3ª e 4ª série, além das aulas de E.M.C. tinham também O. S. P. B (cada disciplina com duas aulas por semana também).

Não encontramos os programas dessas duas disciplinas, nem algum material usado nas aulas nos arquivos do Ginásio Municipal. Mas o Regimento Interno seguinte, do ano de 1965 no Art. XVII, preconizava que cabia aos professores de todas as disciplinas elaborar e apresentar para ser apreciado e aprovado pelo diretor, no início ou do ano letivo, o programa que ministrariam aos alunos da classe que ficariam sob sua responsabilidade. Desse modo, apesar da autonomia que o professor tinha ao produzir o programa da disciplina, isso poderia se transformar em um modo de fiscalização por parte da direção.

No primeiro ano da fase mais repressiva da ditadura militar, os conhecidos “anos de chumbo”<sup>13</sup> as disciplinas Organização Social e Política Brasileira e Educação Moral e Cívica torna-se obrigatórias pelo Decreto-Lei nº 869/69 (Brasil, 1969).

O art. 5º do mesmo decreto cria também a Comissão Nacional de Moral e Civismo, que entre outras atribuições contribuiria junto ao Conselho Federal de Educação com a elaboração de currículos e programas de Educação Moral e Cívica. É criada também a Cruz do Mérito da Educação Moral e Cívica, que seria distribuída àquelas pessoas que se dedicassem e se esforçassem à causa da Educação Moral e Cívica.

A partir daí as duas disciplinas com apoio da Comissão Nacional de Moral e Civismo passam a ser sistematizadas em seus programas e materiais norteariam as aulas em todos os níveis de ensino Brasileiro. Desse modo, com a intenção de formar cidadãos que, além de obedientes ao Estado, fossem também seus promotores, as temáticas sobre a sociedade brasileira, apresentadas nessas disciplinas e amparadas por um espaço escolar vigilante que não permitia reflexões ou questionamentos por parte dos discentes, acabaram sendo internalizadas como verdades e reproduzidas no cotidiano dos alunos. De acordo ainda com o Decreto-Lei nº 869/69, no parágrafo único do Art. 2º, as bases filosóficas da disciplina deveriam motivar:

A prática educativa da moral e do ensino nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais (Brasil, 1969).

Assim, percebe-se que, para o Estado, não seria interessante que o processo de promoção do governo se restringisse apenas aos muros da escola. Exibir-se ao público para construir uma imagem positiva junto à população e fortalecer o espírito patriótico sempre foi uma estratégia recorrente dos governos ditoriais. A escola, então, funcionaria como uma vitrine do próprio Estado para a sociedade, que, em contrapartida, desviava o olhar das mazelas e dos desmandos do governo. Os atos cívicos, como previa o Decreto-Lei nº 869/69, constituíam um momento oportuno para que a escola apresentasse o Estado e foram amplamente estimulados durante a vigência da ditadura. Desse modo, sobre os atos cívicos durante a vigência da ditadura,

---

<sup>13</sup> Compreende o período que dos finais de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº5 até os inícios de março de 1974. Nesse período os militares ampliaram sua rede de perseguição, com o desaparecimento e morte centenas de pessoas militantes e ativistas consideradas subversivas pelo governo. Também se intensificou o cerceamento da liberdade imprensa, liberdade expressão e a liberdade e de se manifestar publicamente contra o governo, além da cassação de direitos políticos, sob o slogan: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, muito Brasileiros se exilaram em outros países.

Outro momento da história brasileira em que as ações cívicas tiveram destaque no cotidiano escolar, ocorreu durante o regime militar, quando algumas datas e comemorações cívicas foram ressignificadas. A obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica colaborou para a ampliação desses rituais e festividades, que aconteciam em parceria com as disciplinas de História, Geografia, Estudos sociais Educação Física. Tais rituais escolares pretendiam legitimar os governos militares e construir o imaginário de um país ordenado e voltado para o progresso (Filgueiras; Araújo, 2019).

No arquivo do CETI Inês Maria de Sousa Rocha, existe um álbum com 55 fotografias que retratam principalmente os eventos que a escola participava ou realizava entre a década de 1960 ao início de 1980. A maioria dessas fotografias retrata atos cívicos, principalmente os desfiles de Sete de Setembro. O que interessa mostrar aqui, além dos aspectos da cultura escolar praticada nas atividades extraclasse, é também o modo como a escola procurava difundir para a população da cidade, que assistia ao evento, os valores do regime por meio dos elementos e movimentos dos desfiles escolares.

Foto 06 – Desfile Cívico do Ginásio Municipal, década de 1970



Fonte: Arquivo CETI Inês Maria de Sousa Rocha.

Na fotografia, do início da década de 1970, vemos um momento de um desfile de 7 de setembro em que participam alunos do Ginásio Municipal de Piracuruca. No enquadramento feito pelo fotógrafo, dois alunos vestidos com roupas nas cores da bandeira nacional e fitas amarradas ao redor da cabeça também nas mesmas cores seguram uma faixa de fundo branco com os dizeres: BRASIL APÓS REVOLUÇÃO 1964. Nos lados da rua por onde passa o desfile nota-se um grande ajuntamento

de pessoas que prestigiam o evento, olhando com muita atenção cada movimento do pelotão logo atrás da faixa. Na fotografia, os elementos comprovam que as disciplinas que discutimos anteriormente trabalharam na construção de uma imagem positiva do governo são visíveis. A começar pelo título da faixa, que traz a palavra REVOLUÇÃO, escrito todo em letras maiúsculas, numa alusão à mudança significativa. Procurava-se perpassar a ideia de que a chegada dos militares ao poder teria sido algo necessário para que o Brasil fosse “salvo” dos tentáculos do inimigo, no caso, o comunismo, que destruiria além da economia, os valores tradicionais da sociedade brasileira. As vestimentas nas cores da bandeira nacional ajudam a reforçar essa valorização, transmitindo a ideia de unidade e amor à nação.

Foto 07 – Desfile Cívico do Ginásio Municipal, década de 1970



Fonte: Arquivo CETI Inês Maria de Sousa Rocha

Na sequência, após a faixa segurada pelos meninos, vemos um grupo de 15 meninas também vestidas com as cores do pavilhão nacional e seguram pequenos lenços nas mãos também nas cores verde e amarelo. Aparentemente fazem uma coreografia em que levantam e baixam os lenços, e são muito observadas pela população perfilada ao longo da rua. Assim a mensagem que o pelotão das meninas procurou reforçar para a população é que após a chegada dos militares ao poder, no caso, a revolução como dizia a faixa, o país tinha se tornado um lugar vibrante, alegre, competitivo, mas antes de tudo balizado dos preceitos de ordem e moral. Percebe-se que as meninas fazem a coreografia, mas estão rigidamente enfileiradas, mantendo assim uma ordem. Desse modo, representar os interesses do Estado em eventos públicos, como os desfiles realizados por escolas, serviria para manter a ordem mais antes de tudo fortalecer os interesses do governo.

Foto 08 – Desfile Cívico do Ginásio Municipal, década de 1970



Fonte: Arquivo CETI Inês Maria de Sousa Rocha

Nos desfiles escolares, as referências diretas às figuras do governo eram constantes. Aqui vemos o que pode ser um aluno montado a cavalo e trajado com um uniforme militar. A foto, assim como as anteriores, foi produzida nos primeiros momentos dos anos 1970, pois a rua Senador Gervásio, artéria principal da cidade onde ocorrem todos os desfiles, já possui posteamento e eletrificação, o que só ocorreu com a inauguração da Usina de Boa Esperança. O aluno, montado no cavalo, já fica numa posição superior às demais pessoas que participam no evento e ainda vem à frente de um pelotão composto por um grupo de jovens com chapéus azuis, representando talvez um grupo de soldados ou de algum elemento das forças armadas. A representação do militar nesses desfiles fazia por vez, não apenas uma alusão ao governo, mas uma confirmação de que a condução dos rumos da nação por membros das forças armadas era necessária e benéfica, assim como se aprendia em algumas disciplinas escolares.

Se fora dos muros escolares as instituições de ensino eram estimuladas por meio de suas atividades e eventos extraclasses a cristalizar o ideal de um estado progressista e ordenado, dentro da escola as ações de gestores eram mais diretas não apenas nesse viés, mas no sentido que nenhum desviasse sua conduta. O Regimento Interno de 1965 traz, pela primeira vez, no Art. VII, que trata das competências do diretor do Ginásio Municipal, um elemento que sugere uma supervisão direta sobre os movimentos em grupo realizados pelos estudantes, especialmente as reuniões. Desse modo, seria uma atribuição do diretor “dar a assistência necessária às Associações do Corpo Discente, procurando

desenvolver nos alunos a autoeducação e o espírito de iniciativa” (Piracuruca, 1965). Apesar da quase inexistência de registros, sabemos que alunos do Ginásio Municipal de Piracuruca formaram algumas associações no início da década de 1960, como o Grêmio Literário James de Azevedo e a União Secundarista dos Estudantes Piracuruquenses e também, segundo Britto (2002), um jornal denominado “Ginasium, uma publicação dos alunos do Ginásio” (Britto, 2002). Dessa forma, antes do desenvolvimento da autoeducação e do espírito de iniciativa, era mais interessante para o gestor saber dos comportamentos dos membros e o que estava acontecendo nessas associações que fosse à contramão das ideias do regime.

Nos regimentos internos de 1965, 1967, o ideal de disciplina é compartilhado com quase todo o quadro admirativo e docente do Ginásio Municipal. Dentro de suas funções já estabelecidas, cada funcionário se colocava como agente disciplinador no ambiente escolar. Não se nega que todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar possam, de algum modo, participar dos processos de aprendizagem; o que se pretende evidenciar, por meio dos regimentos internos, é que, à medida que as ideias do governo passaram a orientar aspectos da educação ao longo do tempo, a escola foi cada vez mais permeada por mecanismos disciplinadores — ainda que simples, como os do Ginásio Municipal de Piracuruca —, mas eficazes como estratégia de difusão das ideias do regime. Desse modo, os inspetores de alunos continuariam com sua obrigação de “zelar pela disciplina dentro do estabelecimento e nas suas imediações” (Piracuruca, 1965); os professores continuariam a “zelar cuidadosamente pela educação moral e cívica de seus alunos, pela disciplina de sua classe e, em cooperação com a Diretoria, pela disciplina geral do estabelecimento” (Piracuruca, 1965); O que mudou agora é que o secretário, que antes tinha apenas funções burocráticas relacionadas à secretaria e à documentação da escola, vai ter acrescida a competência de “zelar pela manutenção da boa ordem e disciplina geral dos alunos, no estabelecimento” (Piracuruca, 1965). Essa mesma estrutura continua no regimento de 1967, já que esse documento, praticamente, não sofreu alterações em relação ao de 1965, indicando assim que era responsabilidade de todos os setores da escola o ato de disciplinar, corrigir e conduzir o aluno para os deveres.

A pesquisa sobre os Regimentos Internos do Ginásio Municipal de Piracuruca, legislação que norteava o funcionamento da escola em seus primeiros dez anos de existência, revelou não apenas nuances do universo da cultura escolar sob a perspectiva das mudanças educacionais na década de 1960, especialmente após a implantação do regime civil-militar. Compreendemos que a formulação das legislações escolares, no caso do Ginásio, embora concebida por dirigentes de instâncias superiores e obedecendo a uma hierarquia, também sofre influências dos sujeitos locais, que buscavam defender seus pensamentos, ideias e comportamentos considerados corretos. Os regimentos escolares,

ao assumirem as características de fontes históricas da educação, desvelam, antes de tudo, os comportamentos, desejos e ações de uma sociedade e dos sujeitos que a produziram.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A discussão proposta pela pesquisa foi de muita relevância para entendermos os acontecimentos que proporcionaram que, mais uma vez, um governo com características abertamente ditatoriais fosse implantado no Brasil. Esses acontecimentos não ficaram restritos apenas aos grandes centros urbanos do país, marcados pelo seu grande contingente populacional e pela sua economia pulsante, baseada na indústria. Ao contrário disso, cidades pequenas encravadas nos sertões do país, a exemplo de Piracuruca, com um conjunto populacional diminuto, reduzida concentração urbana e a maioria de seus habitantes espalhados por extensas áreas rurais, com economia de base agrária, abastecendo quase que exclusivamente o mercado local, foram também protagonistas no processo que ajudou os militares a chegarem ao poder.

A ação de agentes locais, que possuíam grande influência sobre a sociedade local, foi relevante para a concretização desse intento. No caso de Piracuruca, permeada pelo coronelismo, soma-se ainda a autoridade de políticos locais ligados à UDN, que estavam se revezando no governo municipal desde a década de 1950. Nesse ínterim, outros agentes podem ser alocados, a saber: o líder católico Mons. Benedito Cantuária de Almeida e Sousa, afeito às ideias do novo governo e, ao mesmo tempo, ligado às práticas de educação formal que se desenvolviam na cidade, sendo fundador do Ginásio Municipal de Piracuruca e, por vezes, diretor dessa instituição de ensino secundário.

A ação dessas autoridades do município, que conversavam amistosamente com o ideário do governo implantado em março de 1964, baseado desde o início na repressão, perseguição e no cerceamento das liberdades, pode ser observada diretamente na legislação educacional, tanto em âmbito nacional como também no município. Ao analisarmos a documentação que direcionava o funcionamento da instituição de ensino Ginásio Municipal de Piracuruca, podemos observar elementos que apontam diretamente para as questões referentes à ordem, à moral e à obediência. Os artigos, parágrafos e incisos dos regimentos internos analisados deixam implícito que a educação ministrada no Ginásio Municipal de Piracuruca estava a serviço da promoção e enaltecimento do Estado.

O ideário de crescimento e progresso, de uma população pautada nos conceitos de moral e adepta dos bons costumes sociais, pode ser pensado dentro do contexto escolar da época, a partir da escolha das disciplinas que compunham o currículo escolar da instituição. Antes mesmo de se tornarem obrigatórias, as disciplinas de Moral e Cívica e a disciplina de Organização Social e Política

Brasileira já eram priorizadas dentro do currículo escolar do Ginásio Municipal de Piracuruca. A partir dos textos e imagens contidos nos livros, e que eram repassados para os alunos sem que estes pudessem questionar sobre o que era ensinado, tentava-se concretizar a concepção de um país sem retrocessos e pleno em avanços políticos, econômicos e sociais.

A pesquisa nos dá dimensão ainda sobre o papel da escola formal nesse período da história do Brasil. A função da escola era, antes de tudo, difundir e promover, de forma profícua, os valores do Estado. Assim, as festividades que aconteciam fora do ambiente escolar eram eventos propícios para que essas ideias ganhassem eco. As festas cívicas realizadas nas principais ruas da cidade intensificaram, nesse período, a característica de espetáculo, onde os valores adquiridos na escola eram difundidos para a população que assistia aos desfiles, coreografias e apresentações.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cristina de Vasconcelos. O currículo escolar na ditadura militar brasileira. IN: **X Congresso Nacional de Educação**. Fortaleza, 2024. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2024/GT3/TRABALHO\\_COMPLETO\\_E\\_V200\\_MD5\\_ID4940\\_TB5852\\_16102024182659.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2024/GT3/TRABALHO_COMPLETO_E_V200_MD5_ID4940_TB5852_16102024182659.pdf) Acesso em: 12 de janeiro de 2025.
- ALMEIDA, Maria Susana Mikui; SILVA, Celeida Maria Costa de Sousa e. Os arquivos escolares e a formação da memória educacional da Escola Estadual 26 de Agosto em Campo Grande – MS (1936-1982). **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 2013. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875807\\_85dc04948bee2cfeb5e989d9d8d4381e.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875807_85dc04948bee2cfeb5e989d9d8d4381e.pdf) Acesso em: 05 de janeiro de 2025.
- ARAUJO. Maria Paula, SILVA, Izabel Pimentel da, SANTOS, Desirree dos Reis. (Orgs.). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro: Panteio, 2013.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília, DF, 12 de setembro de 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 30/01/2025.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília, DF, 12 de setembro de 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 30/01/2025.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1961.
- BRITTO, Maria do Carmo Britto. **Remexendo o baú**. Piripiri: Gráfica e Editora Ideal, 2002.
- CARVALHO, Maria Elizete Guimarães; MORAES, Grinaura Medeiros de; CARVALHO, Bruna Katherine Guimarães. Dos castigos escolares à construção dos sujeitos de direito: contribuição de políticas de direitos humanos para uma cultura de paz nas instituições educativas. **Revista Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p. 24-46, jan. / mar., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/VsQCNTCYmvRFFXM5W7ZtPvS/abstract/?lang=pt> Acesso em 20 de fevereiro de 2025.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães; MORAES, Grinaura Medeiros de; CARVALHO, Bruna Katherine Guimarães. Dos castigos escolares à construção dos sujeitos de direito: contribuição de políticas de direitos humanos para uma cultura de paz nas instituições educativas. **Revista Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p. 24-46, jan. / mar., 2019. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/VsQCNTCYmvRFfXM5W7ZtPvS/abstract/?lang=pt> Acesso em 20 de fevereiro de 2025.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda; ARAÚJO, Jorge Eduardo Lima. Cultura escolar, rituais cívicos e ensino de história nas escolas de alfenas no regime militar. **Pluris Humanidades**, Ribeirão Preto, v.1, nº1, p. 41-59, 2019. Disponível em:  
<http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/issue/view/21> Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

KUENZER, Acacia Zeneida; GARCIA, Walter; CALAZANS, Julieta. **Planejamento e educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989, p. 41.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Marcha reage ‘com Deus’ contra Jango. **Memorial da Democracia**, [S.l.], 19 mar. 1964. Disponível em:  
<https://memoraldademocracia.com.br/card/marcha-reage-com-deus-contra-jango>. Acesso em: 18 jul. 2024.

PIRACURUCA, **Ginásio Municipal de Piracuruca**. Regimento Interno, 1964. 10 de dezembro de 1964.

PIRACURUCA. **Câmara Municipal**. Lei nº 299, de 3 de agosto de 1957. Aprova o regimento interno do Ginásio Municipal de Piracuruca. Piracuruca, PI. 3 ago. 1957.

PIRACURUCA. **Ginásio Municipal de Piracuruca**. Alteração do Regimento Interno. 10 de dezembro de 1965.